

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
***CAMPUS* DE CACOAL**
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCILENE BARBOSA NEVES

**CONTROLE INTERNO E SEUS REFLEXOS NA CONTABILIDADE
DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO)**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal – RO
2010

CONTROLE INTERNO E SEUS REFLEXOS NA CONTABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO)

Por:

LUCILENE BARBOSA NEVES

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, elaborado sob a orientação da professora Dr.^a Eleonice de Fátima Dal Magro.

CONTROLE INTERNO E SEUS REFLEXOS NA CONTABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO)

Por:

LUCILENE BARBOSA NEVES

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Prof^ª. Dr^ª. Eleonice de Fátima Dal Magro – Orientadora/UNIR
Presidente

Prof. MSc. Geraldo da Silva Correia - UNIR
Membro

Prof^ª. MSc. Liliane Maria Nery Andrade - UNIR
Membro

Média

Cacoal – RO
2010

Incansavelmente, primeiro agradeço a Deus, pela saúde minha e todos os meus familiares; pois sem a sua benção não teria conseguido;

Ao meu esposo Luciano e minha filha Aline, pela compreensão, do tempo da minha companhia, que lhes foram roubados para elaboração do trabalho;

A todos os professores, pela paciência, e conhecimento que nos passaram no decorrer do curso, pois sem estes não teria alcançado esta conquista;

Á minha orientadora Dr.^a Eleonice, pois sem a ajuda e atenção dela não teria conseguido atingir este sonhado objetivo. Obrigada por tudo;

Aos colegas de sala, pelo tempo que convivemos juntos e pela ajuda recebida destes;

E aos colegas de trabalho pela compreensão e apoio que proporcionaram durante a realização do Artigo.

Dedico a todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, e em especial à Professora Doutora Eleonice de Fátima Dal Magro, por ter incentivado, no ministrar de suas aulas, o despertar do interesse pelo assunto do tema, e pelo seu carinho e atenção que nos foi dado, apesar das dificuldades enfrentadas. E a toda minha família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 CONTROLE INTERNO.....	8
1.1 CONCEITOS.....	8
1.2 BASE LEGAL.....	9
1.3 CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO.....	11
1.4 CONTROLE INTERNO CONTÁBIL.....	12
2 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	12
2.1 SISTEMA CONTÁBIL.....	14
3 CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO.....	14
3.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	15
4 RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE DA PESQUISA.....	17
4.1 O CONTROLE INTERNO E A CONTABILIDADE NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO).....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
OBRAS CONSULTADAS.....	23
APÊNDICE A	24
APÊNDICE B	25
APÊNDICE C	26

CONTROLE INTERNO E SEUS REFLEXOS NA CONTABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO)

Lucilene Barbosa Neves¹

RESUMO: Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa, inicialmente bibliográfica de caráter exploratório, sobre o Controle Interno e a Contabilidade no Setor Público, seguida de uma pesquisa de campo mediante a coleta de dados, através de entrevista semi- estruturada com rol de perguntas semi elaboradas, junto aos setores de Contabilidade, Controle Interno e à Presidência, realizada no Poder Legislativo do Município de Cacoal (RO), utilizando como parâmetro as operações realizadas nos últimos três (03) anos e no primeiro semestre de 2010. Com o objetivo de evidenciar, a partir da análise da pesquisa e dos resultados alcançados, a adoção do sistema de controle interno adotado pela Câmara Municipal de Cacoal (RO), no intuito de se verificar a aplicabilidade das Normas Brasileiras e Leis com relação à contabilização dos recursos públicos utilizados pelo órgão e a importância das informações contábeis geradas. Por fim, as considerações finais sobre o assunto e resultados alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Controle interno. Contabilidade. Setor Público. Poder legislativo Municipal.

INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 70, com relação a controle interno, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das demais entidades diretas e indiretas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida *pelo sistema de controle interno de cada poder*, e com a edição da Lei nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, o assunto ganhou maior importância (BRASIL, 2000).

Diante dos constantes questionamentos acerca da veracidade das informações contábeis fornecidas pelos entes públicos em âmbito nacional e, reconhecendo-se a importância do controle interno para a gestão em razão de este funcionar como um mecanismo que possibilita o acompanhamento do cumprimento de metas e da execução orçamentária, além de proteger o patrimônio e, ainda, constituir ferramenta de apoio à contabilidade, identificou-se a necessidade de proceder ao estudo acerca da utilização do

¹ Acadêmica Concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Eleonice de Fátima Dal Magro. E-mails: lululine3@hotmail.com e eleonice@unir.br

controle interno pelo Poder Legislativo do Município no que tange à correta aplicação das Leis, como exemplo a Lei 4.320 de 1964 que estatui normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal as Leis e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.1-T 16.10, 2008), uma vez que as prestações de contas do poder legislativo fazem parte da transparência da gestão fiscal e a contabilidade é um dos meios desta. Tais informações constituem a base para o trabalho da Auditoria Governamental e ficam à disposição da comunidade, para sua apreciação, por isso necessitam ser cumpridas conforme as bases teóricas que as sustentam.

Tem-se como objeto de estudo o poder legislativo do município de Cacoal (RO) e a contabilização de seus recursos, tendo em vista ser esta o principal instrumento utilizado como controle e acompanhamento das ações e políticas públicas para materialização da correta aplicação dos recursos públicos. Considera-se assim, a obrigatoriedade de transparência e publicidade, no uso desses recursos, como importante instrumento norteador da gestão pública, que, por meio da contabilidade auxiliada pelo controle interno de suas operações fornece à sociedade informações com relação à aplicação das Leis e Normas Brasileiras de Contabilização dos gastos públicos.

Nesse intuito, procedeu-se à análise do sistema de controle interno adotado pela Câmara Municipal de Cacoal, no Estado de Rondônia, tendo como parâmetro as operações realizadas nos anos 2007 a 2009 e no primeiro semestre de 2010, buscando evidenciar a adoção do sistema de controle interno adotado pelo órgão, com a finalidade de verificar a aplicabilidade das normas brasileiras e leis com relação à contabilização dos recursos públicos por este utilizados, identificar as medidas adotadas com vistas a garantir a aplicação das normas brasileiras de contabilidade referentes à contabilização dos gastos públicos e explicar a importância de sua correta aplicação.

No conjunto de etapas e processos vencidos na investigação dos fatos, utilizou-se o método dedutivo, pois estudamos em específico um enunciado universal, ou seja, dentre o controle interno e a contabilidade em geral, estudamos o controle interno e a contabilidade no poder legislativo do município de Cacoal (RO).

Para tanto, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório sobre o tema, tendo por base, além de obras pertinentes à matéria, algumas normas do ordenamento jurídico brasileiro. Após, realizou-se uma pesquisa de campo mediante a coleta de dados junto aos setores de Contabilidade, Controle Interno e junto à Presidência da Câmara Municipal de Cacoal (RO), com a aplicação de técnicas de entrevista

semi-estruturadas e a utilização de rol de perguntas previamente definidas, realizada com pessoas diretamente envolvidas com a contabilidade e realização do controle interno do órgão objeto da pesquisa, assim como a Presidência.

1 CONTROLE INTERNO

1.1 CONCEITOS

De acordo com Castro (2009, p. 67-69), no setor público, há uma preocupação recorrente em se criar controles como forma de inibição da corrupção, portanto, deve o gestor ter cautela, para que os atos por ele praticados e sujeitos a julgamento externo estejam cobertos por controles prévios e seguros, suportados por documentos que os comprovem dentro da legislação pertinente e com responsabilidade bem definida. Para isso é preciso que promova meios necessários à execução das tarefas e o estabelecimento de padrões e métodos adequados na busca de se obter resultado operacional satisfatório, permitindo que todas as áreas desenvolvam suas funções de forma racional, harmônica, integradas e assegurando que os propósitos da administração, estabelecidos por meio de suas políticas e procedimentos, sejam adequados, possibilitando que a estrutura da unidade seja direcionada para o objetivo geral, que é o de fornecer informações adequadas, sobre os atos praticados, tanto para o usuário interno quanto para o externo.

Reconhece-se que o controle interno não é só um meio de fiscalização, no âmbito de cada poder ou entidade da administração pública, visto que deve agir na prevenção, pois é indicado a oferecer ao gestor público a tranquilidade de estar informado da legalidade ou não dos atos de administração que estão sendo por este praticados, e da viabilidade no cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas, tornando possível a correção de desvios ou rumos da sua administração, e lhe possibilitando exercer, realmente, a função de gestor dos negócios públicos, obtendo como resultado disto a proteção dos recursos públicos contra o desperdício, o abuso, os erros, as fraudes e as irregularidades (PETER; MACHADO, 2007, p. 24). Neste sentido, de acordo com a Instrução Normativa nº 16, de 20/12/1991, do Departamento do Tesouro Nacional (*apud* GLOCK, 2008, p. 19), controle interno é:

O conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizados com vistas a assegurar que o objetivo dos órgãos e entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

Com relação ao conceito de controle interno, o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA *apud* CASTRO, 2009, p.62), esclarece que:

O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas, adotadas numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Infere-se que a expressão controle interno pode ser entendida como um conjunto de todos os procedimentos de controle exercidos de forma isolada ou sistêmica no âmbito de uma organização, contrapondo-se ao termo controle externo. Pois o controle interno é qualquer atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado etc., com o objetivo de se verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou, ainda com o que determina os instrumentos legais (CRUZ; GLOCK, 2008, p.18-20).

1.2 BASE LEGAL

Quando nos referimos à fundamentação legal, para que se vigore o controle interno nos órgãos públicos, inicialmente, nos deparamos com a Constituição Federal do Brasil, a qual é a base legal constitucional e apresentou novos enfoques ao controle, principalmente, quanto à gestão dos recursos públicos, estabelecendo em seu art. 70 que a fiscalização Contábil, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas de cada poder será exercida pelo sistema de controle interno realizado pelos mesmos.

Com relação à incumbência e responsabilidade na realização do controle interno, o art. 74 e parágrafo 1º da Constituição Federal estabelecem que:

Art. 74 Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direitos privados;
- IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. (BRASIL, 1988).

Relativamente aos municípios, a Constituição Federal dispõe em seu art. 31 que “A fiscalização do Município será exercida pelo poder Legislativo Municipal mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

O controle interno, também merece respaldo devido à transparência que deve haver nas informações fornecidas pelos órgãos públicos, pois de acordo com o Parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal do Brasil, prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Portanto o controle interno é imprescindível para que a gestão pública seja legal, acessível e forneça dados confiáveis quando da prestação de contas.

Já com relação à base legal infraconstitucional, tem-se a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 que preceitua normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços nas três esferas de governo prevendo particularidades para a contabilização dos gastos públicos, dispondo sobre o controle da Execução Orçamentária, e estabelecendo em seu art. 85 que os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos e dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. (BRASIL, 1964).

A Lei nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, que após sua edição o assunto sobre controle interno ganhou mais importância, pois a mesma estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e que com relação à escrituração e consolidação das contas, dita outras normas de contabilidade pública além das já existentes, dispondo que (Art. 50, Art. 54 e art. 59):

Art. 50 Além de obedecer às normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

III- as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão,...

[...]

Art. 54 “Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos [...] Relatório de gestão fiscal,...”

[...]

Parágrafo Único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão....

[...]

Art. 59 O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas e o sistema de controle interno de cada Poder e do ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei complementar. (BRASIL, 2000).

Na mesma linha, a Lei nº 8.666/1993 estabelece as normas para licitações e contratos da administração pública, visto que, aos órgãos responsáveis por licitações e compras, pelo controle patrimonial e de frota, por serviços de apoio etc., cabe igualmente, responder pela observância das Normas e da legislação respectiva, pois a licitação tem por finalidade a obtenção do contrato mais vantajoso para a administração e a proteção dos direitos contratados e a contratar (BRASIL, 1993).

Além das referidas Leis, a base legal, para que se vigore o controle interno na área pública, está estruturada nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.1-T 16.10, 2008).

Especificamente, aos Municípios, está na Constituição Estadual, Leis Complementares, Regimento Interno e Instruções Normativas do Tribunal de Contas e na legislação local, pois é importante destacar que a forma e as competências do controle interno e do sistema de controle interno, quando nos referimos a Municípios, deverão estar expressamente contidas na respectiva Lei Orgânica.

1.3 CONTROLE INTERNO ADMINISTRATIVO

Segundo Castro (2009, p. 62 e 63), o controle interno, quanto à sua natureza, é dividido em dois grandes grupos, os quais constituem o controle interno administrativo e controle interno contábil. O controle interno administrativo faz parte da estrutura administrativa de cada Poder, devendo acompanhar a realização dos seus atos, o qual deve ser executado com observância às leis. Ou seja, o Controle Interno administrativo compreende o plano da organização e todos os métodos e procedimentos, referentes principalmente à eficiência operacional e a obediência aos aspectos legais, normas, políticas, diretrizes e instruções administrativas, se relacionando apenas indiretamente com os registros contábeis e financeiros. São controles que sustentam os atos praticados ou se relacionam às metas estabelecidas pela administração geral.

Neste sentido, com referência ao conceito de controle interno administrativo, Lima e Castro (2009, pg. 82) enfatizam que:

Compreende o plano de organização e todos os métodos e procedimentos referentes à eficiência operacional e à obediência às diretrizes administrativas, que normalmente, se relacionam apenas de forma indireta com os registros contábeis. Incluem-se controles como verificação física, controle de contratos, convênios, ações desenvolvidas, retenções e recolhimento de tributos; [...]

O controle interno administrativo considera como principal finalidade as funções gerenciais e operacionais, devendo ser capaz de gerir o patrimônio e os recursos da instituição que dirige, sem desperdícios e desvios, mantendo as condições que demonstrem a prática da boa administração, e agindo com correção e competência, para que não haja falhas em seu funcionamento, pois tais falhas podem comprometer toda a administração.

1.4 CONTROLE INTERNO CONTÁBIL

A área de contabilidade tem um grande destaque no contexto do controle interno, visto que essa detém o registro de todos os bens, receitas, investimentos e das despesas, por isso, o controle interno contábil deve procurar minimizar riscos, proporcionar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade. Sobre este entendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.8, 2008, item 2) preceituam:

O controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de:

- a) Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- b) Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- c) Propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- d) Estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- e) Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- f) Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

A atuação do controle interno contábil é realizada antes, durante e depois dos atos administrativos, com a finalidade de acompanhar o planejamento realizado, a legitimidade frente aos princípios legais, verificar a adequação às melhores práticas de gestão, tudo isto, com o objetivo de se garantir a confiança nos dados contábeis, fornecidos pela administração, ou seja, quando da prestação de contas os relatórios legais emitidos e com prazos definidos na lei devem conferir com os constantes anexos emitidos pelo órgão.

2 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Considerando-se que sistema é um conjunto composto por partes individuais que compartilham uma missão em comum, em que cada parte é peça fundamental para o todo, afere-se que “O sistema de controle interno é o funcionamento integrado dos controles internos, coordenados por uma unidade central, com a finalidade de acompanhar o planejamento realizado, garantir a legitimidade frente aos princípios Constitucionais, verificar a adequação às melhores práticas de gestão e garantir que os dados contábeis sejam fidedignos” (CAVALHEIRO; FLORES, 2007, p. 28 e 29).

Entende-se por sistema de controle interno o conjunto de controles internos que atuam interligados, com vistas ao controle global, onde cada órgão controla as atividades por ele desenvolvidas, buscando a execução dos programas previstos e com obediência às normas legais, princípios, métodos, procedimentos e equipamentos, coordenados e executados ao longo da estrutura organizacional, sob a coordenação, orientação e supervisão do órgão central do sistema. Devendo estar adequado à realidade, ao porte e à complexidade das atividades institucionais da entidade ou órgão, tendo como uma das finalidades, a de apoiar o sistema de controle externo no exercício de sua missão institucional. Sobre o **sistema de controle interno**, Chaves (2010, p. 33), destaca que:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da união, dos Estados e Municípios também é exercida pelo sistema de controle interno de cada poder. As finalidades do sistema de controle interno estão insculpidas no art. 74 da Constituição Federal entre elas, a, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgão e entidade da administração pública, bem como da aplicação dos recursos públicos [...]

Com relação ao conceito de sistema de controle interno Glock (2008, p. 21) define que:

Ao somatório de atividades de controle, exercidas no dia-a-dia e permeadas ao longo da estrutura organizacional, buscando assegurar a salvaguarda dos ativos, a busca da eficiência operacional, o cumprimento das normas legais e regulamentares etc., pode-se chamar de sistema de controle interno.

Observa-se que o sistema de controle interno deve atuar de forma integrada e harmônica, ou seja, num conjunto de ações coordenadas e concorrentes para um determinado fim, verificando o cumprimento das próprias atividades exercidas pelo órgão. Visto que esses sistemas são implantados para se tornarem importantes ferramentas de gestão, em todos os setores internos de cada órgão, visando facilitar a tomada de decisões, aplicar os recursos da melhor forma possível, garantir maior proteção ao patrimônio público, dinamizar as rotinas

internas da administração, e proporcionar ao gestor maior tranquilidade quanto aos atos praticados pelos integrantes do órgão.

2.1 SISTEMA CONTÁBIL

O sistema contábil representa um dos instrumentos do controle interno, tornando-se necessário estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, com relação aos controles sobre as transações, com o objetivo de que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade e autorizados por quem de direito. (CASTRO, 2009, p. 74). E de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público- (NBC T 16.2, 2008, item 10):

O sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

A Norma esclarece, também, que o sistema contábil está estruturado em subsistemas de informações Orçamentário, Patrimonial, Custos e de Compensação, e que a função destes subsistemas, é o de registrar, processar e evidenciar os atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária; financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público; os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública e os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio público, bem como aqueles com funções específicas de controle (NBC T 16.2, 2008, item 1-13).

3 CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

A contabilidade no setor público é um ramo da contabilidade geral, em que aparece legalmente a figura do orçamento público, estimando receitas, fixando as despesas, visando sempre ao denominado lucro social, sendo que para isto é preciso incentivar a elaboração de mecanismos eficientes de realização de controles internos, capazes de dar confiabilidade indiscutível às demonstrações legais, buscando, assim, satisfazer as necessidades de informações corretas e tempestivas perante a administração pública. (ANDRADE, 2007, p. 1)

Para isso, compreende-se, de acordo com o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (2004, p. 15), que a contabilidade é um dos principais controles internos de qualquer

organização e sua existência decorre da necessidade de se conhecer, acompanhar e controlar os componentes, as variações do patrimônio, a riqueza imprescindível à satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade.

No setor público, deve ser capaz de promover operações ordenadas, econômicas, eficientes e eficazes, gerar produtos, porém, visando sempre proteger os recursos contra as perdas provenientes de desperdício, abuso, desordem, fraudes e outras irregularidades administrativas. Procurar promover a aderência às leis, regulamentações e diretrizes da administração superior, desenvolver e manter dados financeiros e gerenciais confiáveis, racionalizar a aplicação dos recursos públicos, assegurando a proteção do patrimônio, e proporcionar tranquilidade ao gestor pelo constante acompanhamento sobre as ações executadas.

Sobre o aspecto legal, da Contabilidade no Setor Público, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.1, 2008, item 3), preceituam:

3. Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da Ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

Neste entendimento, segundo as Normas (NBC T 16.1, 2008, item 4-6), a contabilidade aplicada ao setor público tem como principal objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados, os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio público, o qual é o objeto da Contabilidade no Setor público, suas mutações, com vistas a apoiar o processo de tomada de decisão, adequada prestação de contas e necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nota-se que a Contabilidade disponibiliza um fluxo de informações oportunas e capazes de proporcionar um planejamento adequado das atividades a serem desenvolvidas, além de estimular a profissionalização e a eficiência do pessoal, na unidade em que se desenvolvem tarefas com responsabilização individual, tornando mais segura a gestão pública, com o fim de oferecer transparência na aplicação dos recursos, visto que o produto final da contabilidade pública é a informação sobre a condução do patrimônio público.

3.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, (NBC T 16.1-T

16.10, 2008), são um instrumento, um guia legal e estruturado, que tem como principal objetivo nortear os responsáveis pela contabilidade no setor público, à correta, e transparente contabilização dos recursos, visando uma contabilidade mais uniforme e padronizada. Estabelece a conceituação, o objeto, e o campo de aplicação, procedimentos de avaliação, mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, aplicação de técnicas que decorrem da evolução científica da contabilidade, bem como quaisquer outros procedimentos técnicos de controle contábil e prestação de contas previstos, que propiciem o controle social, além da observância às normas aplicáveis.

Constituindo-se, também, num conjunto de regras e procedimentos de conduta, que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, propiciando impactos positivos na transparência, almejando contribuir para a uniformização de práticas e procedimentos contábeis, que se fazem necessários em virtude da dimensão e da diversidade da estrutura da administração pública brasileira, possibilitando atender às novas demandas sociais por um novo padrão de informações geradas pela Contabilidade Pública. Fixa as bases para o controle contábil do planejamento desenvolvido pela entidade do setor público, expresso em planos hierarquicamente interligados, para que a evidenciação possa contribuir na tomada de decisão e facilite a instrumentalização do controle social, de modo a permitir que se conheçam o conteúdo, a execução e a avaliação do planejamento de tais entidades, de acordo com os seguintes itens (NBC T 16.5, 2008, item 3 e 11):

3. A entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações.

11. Os registros contábeis devem ser validados por contabilistas, com base em documentação hábil e em conformidade às normas e às técnicas contábeis.

Sendo assim, as demonstrações contábeis deverão ser obrigatoriamente, elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público, devendo apresentar informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil, conter a identificação da entidade, da autoridade responsável e do contabilista, e a consolidação das demonstrações, com o objetivo de conhecimento e disponibilização de macro agregados do setor público para a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social, estabelecendo (NBC T 16.6, 2008, item 11) que:

11.A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras as seguintes formas:

- a) publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
- b) remessa aos órgãos de controle interno e externo, as associações e a conselhos representativos;
- c) a disponibilização das demonstrações contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
- d) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

Portanto, a instrumentalização do controle social está no compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício cotidiano de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no desempenho de sua soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio pelos agentes públicos. (NBC T 16.1- T 16.10, 2008).

4 ANÁLISE DA PESQUISA E RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 O COTROLE INTERNO E A CONTABILIDADE NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CACOAL (RO)

Buscando evidenciar o sistema de controle interno adotado pelo Poder Legislativo do Município de Cacoal (RO), foram entrevistados, conforme dados demonstrados no Quadro 1 abaixo, o Responsável pelo Controle Interno, Responsável pela Presidência e o Responsável pela Contabilidade do órgão, obtendo por meio da entrevista semi estruturada com rol de perguntas semi-elaboradas e constantes nos **Apêndices A, B e C** deste artigo, relacionadas com o controle interno e a contabilidade no Poder Legislativo Municipal, os setores em que desenvolvem suas atividades, o cargo que exercem, sua respectiva área de formação e as atribuições legais destes na Câmara Municipal.

Conforme os dados evidenciados no Quadro 1, os responsáveis pela auditoria e contabilidade, dos recursos da Câmara Municipal, mesmo desempenhando atividades diferentes, estão subordinados ao mesmo órgão, ou seja, à Diretoria administrativo-financeira, e que as atribuições dos entrevistados são com base em Leis, Normas e Regimento Interno.

Os entrevistados, também responderam perguntas, das quais as respostas foram utilizadas na elaboração das informações, ilustradas nos Quadros a seguir.

	Responsável pela Presidência da Câmara	Responsável pelo Controle Interno	Responsável pela Contabilidade
Setor	Gabinete do Presidente da Câmara Municipal	Diretoria Administrativo-Financeira	Diretoria Administrativo-Financeira

	Responsável pela Presidência da Câmara	Responsável pelo Controle Interno	Responsável pela Contabilidade
Setor	Gabinete do Presidente da Câmara Municipal	Diretoria Administrativo- Financeira	Diretoria Administrativo- Financeira
Cargo	Presidente da Casa Legislativa de Cacoal (RO)	Auditora Administrativa	Contadora
Área de Formação	-	Ciências Contábeis	Ciências Contábeis
Atribuições Legais	<u>Regimento Interno</u> , Art. 28 incisos I ao XXII do Regimento Interno deste Poder Legislativo.	Constitucionais: Art. 74, Infraconstitucionais: Lei Federal 4320/64 – Art. 59, Instrução Normativa nº 007/TCER-2004 – Arts. 2º e 3º e Instrução Normativa nº 13/TCER-2004 – Art. 2º, incisos “I” a “IV”.	Normas Contábeis NBCT16/2008 Lei 4320/64, Elaboração dos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101 de 2000) e instruções Normativas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Fig. 1: Entrevistados

Fonte: Câmara Municipal de Cacoal (RO)

Logo, para se atingir o objetivo do Tema, o resultado demonstrado no Quadro-2, abaixo, apresenta como está estruturado o controle interno na Câmara Municipal, ou seja, não existe dentro da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Cacoal (RO) um órgão de controle interno. Existem, porém, os cargos de **Auditor Administrativo e Contador**, subordinados ao órgão da **Diretoria Administrativo-Financeira**, que, com auxílio de ferramentas tais como rede de computadores, sistema integrado de gestão pública e outros, realizam com eficiência e de forma eficaz toda a avaliação, controle e aferição de normas e procedimentos.

Com o objetivo de controlar, otimizar e permitir acompanhar sistematicamente a utilização dos recursos destinados à Câmara Municipal, como também, melhorar a forma de sua utilização, fornecer informações precisas aos gestores do órgão, ao Tribunal de Contas e à sociedade em geral. Alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo. As responsáveis pelo controle interno ingressaram no cargo através de Concurso Público, passando por uma seleção exigida para o cargo e pertencendo, portanto, ao quadro de servidores estatutário do Poder Legislativo Municipal.

Segundo a responsável pela contabilidade, as principais atribuições desta, na Câmara Municipal de Cacoal (RO) são seguir às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16.1-T

16.10, 2008), elaborar os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e prestar contas, dos registros e demonstrações, dos recursos consumidos pelo órgão, ao Tribunal de Contas do Estado, observando às Instruções Normativas emitidas por este, e à sociedade. Sendo todas essas medidas Legais, normalmente cumpridas, pois com relação a este órgão, não se encontra nenhum empecilho no cumprimento de legalidades.

A contabilização dos recursos da Câmara Municipal tem relação com as do Poder Executivo, através da consolidação das contas por exigências legais, portanto, estas demonstrações fornecidas pelo órgão devem estar em conformidade com as Normas, visto que será realizada a comparabilidade das Demonstrações Contábeis. E neste caso para que os dados geridos pela contabilidade sejam fidedignos são utilizados documentos, considerados hábeis e idôneos, como nota fiscal, requisições para acompanhamento de despesas consumida/incorrida, etc.

Forma de Contratação	DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	
	AUDITORA ADMINISTRATIVA	CONTADORA
	Concurso público	Concurso público
Atividades	Acompanhamento e controle. Elaboração de relatórios de Gestão Fiscal, projeções Orçamentárias, pareceres e auditorias, acompanhamento do andamento de todos os departamentos, processos de pessoal, almoxarifado, verificação da legalidade e do mérito dos atos e fatos administrativos, etc.	Registros e processamentos dos dados contábeis, Elaboração de demonstrativos contábeis, controle e conhecimento da existência de disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, verificação dos saldos das contas, etc.
Objetivos	Controlar, otimizar e permitir acompanhar sistematicamente a utilização dos recursos destinados à Câmara Municipal, como melhorar a forma de sua utilização.	Fornecer informações precisas aos gestores do órgão, ao Tribunal de Contas e à sociedade em geral.
Meios Utilizados	ELOTECH (sistema informatizado de gestão pública) SIGAP (Sistema integração de Gestão e Auditoria Pública), participação em cursos para atualização e aperfeiçoamento.	ELOTECH (sistema informatizado de gestão pública)-Contabilidade Pública e outros, participação em cursos para atualização e aperfeiçoamento.

Fig. 2: O Controle Interno na Câmara Municipal de Cacoal (RO)

Fonte: Câmara Municipal de Cacoal (RO)

Com vistas a apontar a importância das informações Contábeis, fornecidas pelo Órgão, o Quadro 3 a seguir apresenta as informações geradas pela contabilidade na Câmara Municipal de Cacoal (RO), sendo no caso os Balancetes e Relatórios emitidos mensal e quadrimestral aos seus usuários que são os gestores do Órgão, Tribunal de Contas do Estado e Cidadãos. Estas informações ficam dispostas na Diretoria Legislativa, através de comunicados vinculados em jornal de Circulação Regional, no Site e no auditório da Câmara Municipal, sendo que neste último é durante a realização das Audiências Públicas. Porém, não há registro

do número de acessos às prestações de contas, postadas por este Órgão, e infelizmente a comunidade ainda não busca apreciar as informações, que são postas à sua disposição, pois

	INFORMAÇÕES GERADAS	
	BALANCETES	RELATÓRIOS
Usuários das informações	Gestores do Órgão, Tribunal de Contas e Cidadãos	Gestores do Órgão, Tribunal de Contas e Cidadãos
Tempo em que as Informações são fornecidas	Mensal e Quadrimestral	Mensal e Quadrimestral
Onde e como as informações são dispostas p/ sua apreciação	Diretoria Legislativa da Câmara Site da Câmara Municipal Auditório da Câmara Audiências Públicas	Auditório da Câmara municipal de Cacoal (RO) Audiências Públicas

pouquíssimos cidadãos se interessam, sendo seu número extremamente pequeno, em comparação ao número de habitantes que temos.

Fig. 3: Informações Contábeis
Fonte: Câmara Municipal de Cacoal (RO)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, que mesmo o Poder Legislativo sendo integrante do sistema de controle interno do Município, esse tem que ter controle interno sobre seus recursos, não só para evitar desvios e ilegalidades, mas para auxiliar os gestores no cumprimento das Leis evitando penalidades, com atribuições e responsabilidades, que incluirão o fornecimento de informações ao órgão central do sistema, no Poder Executivo, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, devido às prestações de contas do Órgão, fazerem parte da transparência da gestão fiscal.

E que o controle das atividades da Administração municipal, exerce-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente, o controle da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado, pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria, só variando nos aspectos de simplicidade dos processos e peculiaridades locais.

Tem-se, também, que a contabilidade é um dos principais meios de se comprovar a transparência, nas atividades desenvolvidas pelos entes públicos, pois esta possibilita o acompanhamento da execução orçamentária e a proteção do patrimônio. Portanto, se faz necessário um controle interno eficaz para garantir que as Normas Brasileiras e Leis referentes à contabilização dos gastos públicos, sejam aplicadas e o mais transparente

possível, pois tais informações serão a base para o trabalho da Auditoria Governamental e da prestação de contas, que ficam dispostas, auxiliando o controle externo, sobre a administração e utilização dos recursos pelos gestores públicos.

Diante da análise da pesquisa e resultados alcançados, descobriu-se que não há como definir um modelo específico de sistema de controle interno adotado para este Poder Legislativo, no entanto, o controle interno da Câmara Municipal de Cacoal (RO) é realizado pelo **Auditor Administrativo e Contador**, todos com cargos efetivos, subordinados à **Diretoria Administrativo-Financeira** instituída por ato da Câmara Municipal, com a finalidade de executar a verificação, acompanhamento e providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos seus órgãos e autoridades no âmbito do próprio Poder, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade.

Entende-se, que o controle interno existente na Câmara Municipal de Cacoal (RO) é considerado efetivo, visto que existe o controle dos atos administrativos e contábeis, e que estes exercem suas atribuições de acordo com as Normas Legais, tanto Constitucionais quanto locais não encontrando nenhum empecilho na sua aplicação. Há constante participação em cursos para atualização e aperfeiçoamento e utilização de meios eletrônicos úteis e seguros no processamento das atividades. Porém os cargos responsáveis pelo controle interno, de acordo com o princípio de segregação de funções, não deveriam ser subordinados a um só órgão, neste caso à Diretoria administrativo-financeira, e sim cada um deveria ser um órgão independente, pois numa estrutura de controles internos, a pessoa que realiza uma operação não pode estar envolvida na função de registro ou na mesma seção, com o fim de se reduzir o risco de erros, desperdícios ou atos ilícitos, ou a probabilidade de que não sejam detectados estes tipos de problemas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSOCIAÇÃO dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON. **A Organização do Sistema de Controle Interno Municipal**. Jader Branco Cavaleiro. Paulo Cesar Flores... Ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul... Disponível em <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_cont_int_mun.PDF>. Acesso em 18 de Setembro de 2010.

BRASIL, Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CACOAL. **Regimento Interno da Câmara Municipal de Cacoal (RO) (Resolução Nº. 003/84 – CMC de 20 de Novembro de 1.984.** Disponível em <http://200.140.146.21:8180/portal/leis/regimento-interno>. Acesso: 05 de Setembro de 2010

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria e Controle Interno na Administração Pública: evolução do controle interno no Brasil: do Código de Governança de 1922 até a criação da CGU em 2003: guia para atuação das auditorias e organizações dos controles internos nos Estados, municípios e ONGs.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, Flávio da. GLOCK, José Osvaldo. **Controle Interno nos Municípios.** Orientação para Implantação e Relacionamento com os Tribunais de Contas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental.** 3. ed. São Paulo: Atlas , 2007.

GLOCK, José Osvaldo, **Guia para a Implementação do Sistema de Controle Interno nos Municípios**, 2ª reimpr. Curitiba. Juruá, 2008

_____, Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: < [http // www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso: 29 de Março de 2010.

_____, Lei nº.4.320, de 17 de Março de 1964 , que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União , dos Estados , dos Municípios e do Distrito Federal). Disponível em : <[http // www .planalto. gov. br/ccivil_03/Leis/ L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso: 02 de Abril de 2010.

_____, Lei 8666 de 21 de Junho de 1993, Lei que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em:<[http//www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso: 13 de Abril de 2010.

LIMA, Diana Vaz de. CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2009.

PETER, Maria da Glória Arrais, MACHADO, Marcos Vinícius Veras. **Manual de Auditoria Governamental.** São Paulo: Atlas, 2007.

_____, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Disponível em:<[http//www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manual_cont_SetPublico.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manual_cont_SetPublico.asp)>. Acesso: 14 de Abril de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Guia de Orientação sobre Sistema de Controle Interno na Administração Pública Municipal.** Disponível em

<http://www.tce.rs.gov.br/artigos/pdf/Guia_orientacao_controle_interno_municipal.pdf>
Acesso: 20 de Setembro de 2010.

OBRAS CONSULTADAS

BORGES, Creunice, CORREIA, Geraldo da Silva, JUNKES, Maria Bernadete, OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de, PORTO Wellington silva. **Manual de Orientações para Elaboração e Apresentação de Artigos de Conclusão de Curso:** Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Cacoal-RO, 2007.

DAL MAGRO, Eleonice. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicada às Ciências Contábeis:** Universidade Federal de Rondônia – *Campus Cacoal*, 2009.

_____. **Normas para Elaboração de Trabalhos Científicos:** Informação e documentação-Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Cacoal, 2009.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO · **Emendas à Lei Orgânica Municipal ...** RS, discute revisão do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município (RO). Disponível em <http://200.140.146.21:8180/portal/leis/lei-organica-do-municipio-de-cacoal-rondonia/sinList?synmap=Interlegis>. Acesso: 05 de Setembro de 2010.

Apêndice A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
 DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PESQUISA DE CAMPO



ACADÊMICA: Lucilene Barbosa Neves

Esta entrevista semi-estruturada, com rol de perguntas semi elaboradas, tem como objetivo coletar dados na Câmara Municipal de Cacoal (RO), pois tais dados serão utilizados na elaboração de Artigo de Conclusão de Curso, o qual tem como tema “**O Controle Interno e seus Reflexos na Contabilidade do Poder Legislativo do Município de Cacoal (RO)**”.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data / /

Entrevistado: **Responsável pelo Controle Interno** (nome opcional):

Sector: _____

Cargo: _____

Área de formação? _____

01) Qual o sistema de controle interno adotado pela Câmara Municipal de Cacoal (RO)?

02) Qual o principal objetivo do sistema de controle interno?

03) Este objetivo está sendo alcançado? Por quê?

04) Como funciona o controle interno, na Câmara Municipal de Cacoal (RO)? É dividido em áreas, departamentos etc.?

05) Efetivamente, como a Câmara Municipal cumpre as determinações legais relativas ao Controle Interno?

06) Quais as principais atribuições do responsável pelo sistema de controle interno?

07) Na sua concepção, referido sistema de controle interno tem suprido as necessidades da gestão e contribuído efetivamente para a garantia da aplicação das normas brasileiras pertinentes à contabilidade para o setor público?

08) Quais as medidas adotadas pelo Controle interno para garantir a aplicação das leis pertinentes no que tange à contabilização dos gastos públicos? E o gestor administrativo se utiliza das informações fornecidas pelo controle interno?

09) Quais as principais atividades do responsável pelo controle interno?

Apêndice B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
 DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PESQUISA DE CAMPO



ACADÊMICA: Lucilene Barbosa Neves

Esta entrevista semi-estruturada, com rol de perguntas semi elaboradas, tem como objetivo coletar dados na Câmara Municipal de Cacoal (RO), pois tais dados serão utilizados na elaboração de Artigo de Conclusão de Curso, o qual tem como tema “**O Controle Interno e seus Reflexos na Contabilidade do Poder Legislativo do Município de Cacoal (RO)**”.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data ____/____/____

Entrevistado: **Responsável pelo Setor de Contabilidade** (nome opcional):

Setor: _____

Cargo: _____

Área de formação? _____

01) Quais as principais atribuições Legais e atividades do responsável pelo setor de contabilidade na Câmara Municipal de Cacoal (RO)?

02) Além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público, quais Leis são observadas pelo setor de contabilidade?

03) Essas Leis são totalmente cumpridas, ou há empecilhos quanto à sua adoção?

04) Qual o sistema adotado pelo órgão para garantir a aplicação das normas brasileiras de contabilidade para o setor público?

05) Qual a importância da correta aplicação das normas brasileiras de contabilidade na contabilização dos gastos públicos?

06) Todos que trabalham no setor de contabilidade são concursados? Se não, qual critério de seleção é utilizado, pelo órgão, para escolher profissionais para trabalhar em tal setor?

07) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo setor de contabilidade?

08) Qual o principal objetivo do setor de contabilidade? Está sendo alcançado? Por quê?

09) De quais meios eletrônicos dispõe o setor de contabilidade para garantir a eficiência e clareza quanto aos registros e processamento dos dados contábeis? É considerado eficiente?

10) Há consolidação das contas, dos recursos consumidos pela Câmara Municipal, com as do Poder Executivo? Por quê?

11) Quais os métodos utilizados pela área contábil para que as informações fornecidas pela contabilidade sejam fidedignas?

12) As Normas referente à contabilidade estão sempre em constante mudança, devido esta ser uma ciência social. Neste caso, aos que trabalham diretamente na área contábil, são disponibilizados cursos, voltados para a atualização dessas Normas contábeis? Caso seja disponibilizado, estes participam efetivamente, ou não?

Apêndice C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
 CAMPUS DE CACOAL
 DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PESQUISA DE CAMPO



ACADÊMICA: Lucilene Barbosa Neves

Esta entrevista semi-estruturada, com rol de perguntas semi elaboradas, tem como objetivo coletar dados na Câmara Municipal de Cacoal (RO), pois tais dados serão utilizados na elaboração de Artigo de Conclusão de Curso, o qual tem como tema “O Controle Interno e seus Reflexos na Contabilidade do Poder Legislativo do Município de Cacoal (RO)”.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data ____ / ____ / ____

Entrevistado: **Presidente da Câmara Municipal de Cacoal (RO)** (nome opcional):

Setor: _____

Cargo: _____

Área de formação? _____

01) Quais as principais atribuições do Presidente na Câmara Municipal ?

02) Qual a sua relação com o controle interno da Câmara Municipal de Cacoal (RO)?

03) A principal função do Poder Legislativo é legislar, porém, para manter suas atividades, consome recursos, ou seja, gera despesa. Neste caso, o controle interno e a contabilidade dos recursos consumidos pelo Poder Legislativo do Município, tem relação com o do Poder Executivo Municipal, devido a Câmara ser considerada uma unidade orçamentária?

04) Como se comportam, frente ao orçamento Municipal, o controle interno e a contabilidade do Poder Legislativo Municipal de Cacoal (RO)?

05) Quais princípios são adotados para garantir o controle interno da Câmara Municipal de Cacoal (RO)?

06) Na sua visão, qual a importância da Contabilidade e do Controle Interno para a Câmara Municipal de Cacoal(RO)?

07) Como é feita a escolha do responsável pelo controle interno?

08) Quais os procedimentos adotados pela Câmara Municipal para garantir que as informações contábeis geradas pelo órgão sejam postas à disposição da comunidade, para sua apreciação?

09) Quando as informações contábeis, geradas pelo órgão, são postas à disposição da comunidade, esta efetivamente, busca apreciá-las? Há registro do número de acessos às prestações de contas? Se positivo, poderia especificar, em média, quantas pessoas procuram ao longo do período disponibilizado?